

**Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do
Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**
(7ª Sessão Ordinária)

Data: 20 de setembro de 2013, 14h00min.
Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO.
Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze (20/09/2013), no plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na sétima sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Eptácio Brandão Lopes, OAB/TO nº 315; Vice-Presidente – Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807; Secretário-Geral – Paulo Saint Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; e Diretor-Tesoureiro – Pompílio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807. **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula Canedo, Alex Hennemann, Antônio Ianowich Filho, Divino José Ribeiro, Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Pedro Carvalho Martins, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes Garcia, Saulo de Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros, Têlio Leão Ayres, Túlio Jorge Chegury; e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Alexandre abreu Aires Junior, Márcio Gonçalves e Roger de Melo Ottaño. **Conselheiros Federais:** Gedeon Batista Pitaluga Júnior; Carlos Augusto Pinheiro de Souza e André Luiz Barbosa Melo. **Ausências justificadas:** Secretária-Geral Adjunta – Heloísa Maria Teodoro Cunha, Conselheiros José Pedro da Silva, Huáscar Mateus Basso e Célio Moura. A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do Conselho Seccional Eptácio Brandão declarou aberta a sessão, saudando todos os presentes, e desejando sucesso nos trabalhos do dia, convidou os Conselheiros Federais e Presidentes de Subseções para compor a Mesa, bem como o Dr. Mauro Ribas e os Presidentes de Comissões a tomar assento na bancada do Conselho. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão iniciou os trabalhos e anunciou a leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior, ocasião em que suspendeu os trabalhos pelo tempo regimental para leitura da referida ata, após lida foi aprovada por unanimidade, tendo o Conselheiro Alex Hennemann registrado sua ausência na última sessão. Registrada presença do Dr Maxwuell, membro do TED. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão parabenizou os aniversariantes do mês de setembro: Presidente da Subseção de Miracema Roberto Nogueira, Presidente da OAB/TO Eptácio Brandão, Presidente da Subseção de Tocantinópolis Renato Jácomo, Conselheiros Divino José Ribeiro, Márcio Gonçalves Moreira, Fernando Palma Pimenta Furlan e Saulo de Almeida Freire. A seguir, passou-se ao **item 01 da Pauta:** o Presidente Eptácio Brandão franqueou a palavra ao Dr. Marques Elex Silva Carvalho para discorrer sobre “A necessidade de participação da OAB nas discussões do Estatuto da Pessoa com Deficiência”, o qual se dirigiu a tribuna e assim se manifestou: que a OAB está em falta com o portador de deficiência, que a OAB não está participando da elaboração do novo estatuto dos direitos do portador de deficiência, que esse projeto de lei baseia-se no tripé saúde, educação e trabalho, lutar para que o

portador de deficiência não perca direitos, que a existência da deficiência poderia ser comprovada apenas na carteira de identidade, conclama Comissão de Acompanhamento Legislativo, Conselho Federal, enfim, toda a OAB a se envolvendo nesta questão, e se coloca a disposição para contribuir, agradece a oportunidade e gostaria de ver nos jornais, saite da OAB, etc., a participação efetiva da OAB nesse processo, que somente com essa participação será evitado a perda de direitos que poderiam ser tirados por grandes grupos econômicos, agradece a oportunidade e se coloca a disposição. O Presidente Eptácio Brandão informou que esta Seccional já está trabalhando nessa questão com muito afinco, que na reunião do Colégio de Presidentes em João Pessoa/PB abordou o tema, que pediu para que o Dr Marques Elex seja ouvido no Conselho Federal sobre essa matéria. Em seguida, o Presidente Eptácio Brandão convocou o Conselheiro Federal Carlos Augusto Pinheiro para se manifestar sobre essa matéria, e o mesmo se dirigiu a tribuna e informou que em uma reunião realizada em Brasília sobre o PJe, que conversando como Presidente da Subseção de Araguaína informando do problema que estava solicitando ao Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, um acesso ao processo eletrônico, e que em uma reunião ficou decidido que o TRT iria solicitar ao TST que o PJe possa ser utilizado pelos deficientes audiovisuais, que na próxima versão do processo eletrônico todos os atos processuais serão publicados novamente, que os prazos serão contados a partir da publicação no PJe, que estão empenhados em resolver os problemas apontados pelo colega Dr. Marques Elex, e de todos os demais advogados portadores de deficiência, idosos, etc. Em seguida o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga informou que esse tema dos deficientes tem sido amplamente discutido no Conselho Federal, que o comitê gestor do CNJ esteve no Conselho Federal discutindo por varias horas a dificuldade de acesso pelos idosos e deficientes visuais, que o tema é importante, que são mais de cento e quarenta mil advogados idosos com dificuldade no PJe, não sabe ao certo quantos são os advogados deficientes, que o acesso não tem sido garantido de forma plena, convidou o Dr Marques Elex a apresentar colaborações para serem encaminhadas a Comissão de Tecnologia e Informação ou participar de uma reunião em Brasília para discutir esse tema, que seria grande a contribuição que o Estado Tocantins poderia dar a essa discussão. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão informou que a partir dessa reunião traria presidentes de comissões para dar satisfações de suas atividades, e hoje é a vez do Dr. Alexandre Abreu, Presidente da Comissão de Prerrogativas, que foi a tribuna acompanhado da Dra. Luma Maiara, Secretária da Comissão, e assim manifestou: que já são sete meses e meio de gestão, fez relatório das atividades da Comissão, que a comissão está a disposição dos conselheiros, que nos últimos três meses não recebeu nenhum e.mail comunicando violação de prerrogativas, pediu que todos comuniquem qualquer violação, agradece ao Conselheiros Federais a disposição de levar ao Conselho Federal a necessidade da implantação da completa infra estrutura da Comissão, que precisa de apoio financeiro para essa implantação, inclusive assessoria jurídica da comissão, agradeceu a atenção. O Presidente Eptácio Brandão registrou a presença do Presidente da Subseção de Paraíso, Dr. Rafael, e ainda que conversou com o Presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas Dr Alexandre sobre a possibilidade de em Colinas indicar o Conselheiro Adwardes Vinhal para cuidar dessas questões, inclusive fique responsável por coordenar a

região norte do Estado, o qual aceitou a incumbência. A seguir o Vice Presidente Rubens Dário teceu elogios ao desempenho dos membros da Comissão de Prerrogativas, que tem sido exitosa no seu trabalho, que tem funcionado no colegiado, e não apenas na pessoa do presidente, concitou os conselheiros a defender de fato as prerrogativas. O Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga parabenizou a atuação de todos os membros da comissão e também a isenção na atuação do presidente Alexandre Abreu, que essa comissão é uma das mais importantes, que são mais de sessenta as violações das prerrogativas na implantação do PJe, que sempre defenderá essas prerrogativas. A Conselheira Moema registrou agradecimentos dos Procuradores do Município de Palmas à Comissão de Prerrogativas. O Presidente Epitácio Brandão informou que a partir de hoje todas as sessões do Conselho Estadual serão gravadas e também transmitidas via internet. Em seguida o Conselheiro Alessandro Canedo, presidente da Comissão de Reforma Política, foi a Tribuna para informar sobre sua ida ao Conselho Federal na reunião da Comissão de Reforma Política da OAB, onde discutiram sobre a reforma política e como fazê-la, que vão caminhar em duas vertentes: continuar colhendo assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular e, dada a urgência, apoiar o projeto de lei nº 6316/2013, que vão conclamar deputados e senadores do Tocantins para se manifestarem sobre esse projeto de lei, que aproximadamente cento e quarenta deputados já estão apoiando o projeto de lei que busca a reforma política, que dentro está o financiamento das campanhas, que a OAB defende a exclusão das doações por pessoas jurídicas, conclamou todos para participar e divulgar esse projeto de lei, que é fruto de discussões com várias entidades, e se o projeto não for aprovado, continuará na busca de assinaturas para conseguir a reforma política, que esse projeto está disponível no saite da OAB e no saite eleições limpas, agradeceu a oportunidade. A seguir o Presidente Epitácio Brandão informou que a sessão do mês de outubro foi adiada para o dia 11 (onze) e a do mês de novembro foi adiada para o dia 08 (oito). Que no dia 14 (quatorze) o Presidente do Conselho Federal Marcus Vinícius virá ao Tocantins para participar do lançamento da Caravana das Prerrogativas, e nesse mesmo dia será feito o desagravo do Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga, que a palestra do Presidente Marcus Vinícius será no auditório da OAB, e conclamou a presença de todos; informou ainda que no dia trinta encerra a oportunidade para renegociações de débitos dos advogados; solicitou aos conselheiros que têm processos para relatar que o façam logo, aos que não puderem que devolvam os processos. Em seguida passou-se ao **item 02 da Pauta**: o Presidente Epitácio Brandão franqueou a palavra ao Conselheiro Adwardes Vinhal para discorrer sobre “Representações propostas contra advogados por supostas doações ilícitas de campanha, onde ocorre quebra de sigilo fiscal”, o qual se dirigiu a tribuna e assim manifestou: que ocorreu muito no interior do Estado é que advogados que prestaram serviços nas campanhas eleitorais estão sendo acionados por doações ilícitas, que a lei eleitoral permite a doação de serviços, no limite de cinquenta mil reais, que as representações foram feitas como doações não em espécie, que as consequências são desastrosas para os advogados, as multas são pesadas, tanto para pessoa física quanto jurídica, que nessas representações há pedido de quebra de sigilo fiscal dos advogados, que isso expõe a figura do advogado, que isso pode ferir os direitos e garantias do advogado, coloca em cheque a credibilidade do advogado, que em Colinas tem

seis representações contra advogados, todas com quebra de sigilo fiscal, que essa preocupação é justificada, os fatos são graves, pede a atuação da Seccional e Subseções para acompanhar esses processos, e agradeceu pela oportunidade. O Vice-Presidente da CAATO, Dr. Marcio Martins, informou que essa quebra já é pacificada no TSE, que o Ministério Público não separou o que era estimado do que foi doado, que os juízes não estão aceitando a prestação do serviço dentro dos cinquenta mil reais, pediu a atuação do Conselho Federal junto ao TSE. O Presidente Epitácio Brandão disse que as duas sugestões serão analisadas. O Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga disse ao Dr Marcio Martins que deseja fazer e assinar junto essa proposição para o Conselho Federal. O Dr Alexandre solicitou que a análise vá também à Comissão de Direito Eleitoral também. Em seguida passou-se ao **item 03 da Pauta**: Apresentação de proposta para alterar o regimento Interno da OAB: o Presidente Epitácio Brandão disse que a despeito do que consta no art. 51 do CED, já existe em algumas seccionais essa forma de trabalhar que tentaremos introduzir na OAB/TO, qual seja, que o próprio TED faça as instruções dos processos, que a matéria sobre questões ético-disciplinares só iria ao Conselho Seccional na fase de eventual recurso. Em seguida o presidente Epitácio solicitou ao Conselheiro Túlio Chegury para transmitir a todos o que ocorreu na reunião que participou em Brasília, e da tribuna o referido conselheiro informou que por ocasião do encontro dos Presidentes dos Tribunais de Ética e Corregedores, para proposta de alteração do Código de Ética e Disciplina, que é quase unanimidade entre os mesmos a existência de problemas em todos Estados, um chamou a atenção que é a instrução dos processos, que alguns conselheiros ficam com mais processos que outros, e em alguns Estados o próprio TED faz a instrução, que para fazer isso a OAB/TO terá que alterar seu Regimento Interno, outro ponto é a corregedoria, que já está sendo feito estudo para análise da criação da corregedoria, isso está sendo cobrado pelo Conselho Federal. O Presidente Epitácio Brandão nomeou a Conselheira Moema Ferreira para elaborar a proposta para o novo Regimento Interno, inclusive criação da corregedoria, e pediu aos Conselheiros que encaminhem sugestões para a Conselheira Moema, e se possível submeter a proposta na sessão de outubro próximo. O Presidente Epitácio Brandão mencionou questão não pautada, mas importante, que é o **lote que a OAB/TO possui na ARSE 54, Quadra 24, Lotes um e dois**, ainda sem utilização, no qual pretendia-se construir apartamentos para serem vendidos aos advogados por preço de custo, mas essa idéia não avançou por falta de interesse principalmente, e colocou em discussão a possibilidade de alienar a área com finalidade especial de aplicar o dinheiro na sede social da OAB em Palmas, o valor do terreno é de aproximadamente um e meio a dois milhões de reais. O Vice-Presidente Rubens Dário alegou que, além do pouco interesse dos advogados, poderia ser a Ordem ser taxada de especulação imobiliária, que a idéia atual atenderia a todos os advogados, e não apenas alguns. O Presidente da CAATO Marcelo Wallace falou sobre alguns problemas que inviabilizaram a construção dos apartamentos, que dependeria também de terceiros, que sugere que parte desse recurso pudesse ser investida nos clubes de Gurupi e Araguaína, e um milhão de reais aplicado em Palmas, o que evitaria embate no FIDA, se comprometeu que essas verbas do FIDA fossem direcionadas para centros de inclusão digital, etc. O Presidente Epitácio Brandão disse que é possível buscar no Conselho Federal recursos para os clubes de Araguaína e

Gurupi, que num primeiro momento iriam buscar esses recursos lá e se não conseguirem as duas cidades receberiam parte do dinheiro do terreno. O Presidente da CAATO Marcelo Wallace informou que o Presidente Marcus Vinicius disse que sessenta e cinco por cento do dinheiro do Conselho Federal é distribuído para as caixas nacionais e trinta e cinco por cento para projetos conjuntos a título de financiamento, que hoje é difícil conseguir dinheiro no FIDA para construção de clubes. O Presidente Eptácio Brandão disse que devemos insistir, tentar. O Conselheiro Túlio Chegury disse que o dinheiro da venda poderia ser utilizado para outras coisas, como melhorar o atendimento aos advogados, que precisam de uma clínica odontológica, um plano de saúde especificamente para a classe, estruturar a sede da CAATO, com biblioteca, mais apartamentos para os advogados, etc. O Presidente da CAATO Marcelo Wallace informou sobre a existência de planos odontológicos e de saúde para os advogados, que a ampliação na sede da CAATO é inviável, com custo muito elevado, que a idéia do Presidente Eptácio Brandão é boa, um salão de eventos pode gerar bons recursos para a OAB/TO. O Presidente Eptácio sugeriu avançar na discussão sobre a venda, o Vice-Presidente Rubens Dário mencionou o CEU da OAB/GO. O Presidente Eptácio Brandão informou que a discussão é somente sobre a venda do terreno, e que depois será decidido onde aplicar o dinheiro. Submetido a votação, **foi aprovada por unanimidade e autorizada a venda da área na ARSE 54, Quadra 24, Lotes um e dois.** Continuando, o Presidente Eptácio Brandão convocou o Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira para expor sobre o projeto da sede social de Gurupi, o qual informou que o imóvel doado àquela Subseção não estava desafetado, mas que conseguiu desafetá-lo e registrar a escritura, que a doação tem cláusula resolutiva, que a Subseção tem prazo de sessenta dias para dar entrada no projeto de construção, e de noventa dias iniciar a obra, e de 24 meses para concluí-la, que o projeto está pronto, é simples, e quer iniciar pelo alambrado, quiosques, banheiros, campo de futebol, que alguns itens poderão ser executados no futuro (salão de convenções, apartamentos para advogados visitantes, etc.), o projeto segue a linha técnica exigida pelo Conselho Federal, tem planilha orçamentária, que totaliza cerca de duzentos e vinte mil reais, que é o valor que soube que o FIDA poderia repassar via CAATO. O Presidente Eptácio Brandão colocou em discussão a autorização para enviar esse pedido para Brasília, o Conselheiro Federal Gedeon Pitaluga informou que o FIDA é o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados, que esse ano seu orçamento é de cerca de quatorze milhões de reais, e destina esse recursos para infra-estrutura e desenvolvimento assistencial da advocacia, que lá no Conselho Federal defendeu a liberação desses recursos juntamente com o Presidente da CAATO Marcelo Wallace e o Presidente Eptácio Brandão, que a discussão no FIDA é querer uma contrapartida para demonstrar a viabilidade de seu custeio, para não inviabilizar a própria administração da Caixa de Assistência, falou que o Estado do Tocantins tem dívida histórica com seus advogados, no que toca a lazer. O Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira informou que o custeio ficaria integralmente a cargo da subseção. O Presidente Eptácio submeteu a votação a autorização para construção do clube de Gurupi, e foi aprovado por unanimidade. Logo após passou-se ao **item 04 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação do balancete de julho de 2013 da OAB/TO: o Conselheiro Pedro Martins informou que a Comissão de Fiscalização

opina pela aprovação sem ressalva. Submetido o parecer da Comissão em relação ao balancete de julho/2013 da OAB/TO, foi aprovado por unanimidade. Em seguida passou-se ao **item 05 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação dos balancetes de julho e agosto de 2013 da CAATO: o Conselheiro Pedro Martins informou que a Comissão de Fiscalização opina pela aprovação sem ressalva. Submetido o parecer da Comissão em relação aos balancetes de julho e agosto de 2013 da CAATO, foram aprovados por unanimidade. Em seguida passou-se aos **itens 06/13 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação de: Registro de Sociedade Simples sob denominação Jorge & Vieira Advogados Associados S/S; Registro de Sociedade Simples sob denominação Valdinez Miranda & advogados Associados; Registro de Sociedade Simples sob denominação Iunes Advogados Associados; Distrato de Sociedade Simples sob denominação Nelson Paschoalotto advogados Associados; Alteração de Registro de Sociedade Simples sob denominação Nelson Willians & Advogados Associados; Alteração de Registro de Sociedade Simples sob denominação Fernando Rezende & Gonçalves Advocacia; Alteração de Registro de Sociedade Simples sob denominação De Paula & Bottós Sociedade de Advogados; e Alteração de Registro de Sociedade Simples sob denominação Caetano & Pitaluga Advocacia S/S. O parecer da Comissão é pela aprovação de todos os requerimentos, submetidos a votação em bloco, todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida passou-se a apresentação e discussão de assuntos gerais, e o Presidente Epitácio Brandão concedeu a palavra ao Presidente da CAATO, que fez a prestação de contas da segunda etapa do clube, que os quiosques, campo futebol estão prontos, o píer já tem a licença do Naturatins, que não quer inaugurar pela metade, e sim com tudo pronto, piscinas, guarda-barcos, etc., que já foi aprovado projeto de trezentos e onze mil reais para construir a piscina, que o píer avança oitenta metros dentro do lago, está ficando muito bonito, que a dificuldade com mão-de-obra para trabalhar lá é difícil, que a CAATO está fazendo por administração direta, sem dar lucros a terceiros, que tudo é feito por etapas, que quando estiver pronto haverá muitas atividades para os advogados, agradece a presença e apoio do Conselheiro Federal Gedeon na votação da reunião do FIDA, que a aprovação hoje é demonstração de confiança da diretoria da CAATO e OAB. O Conselheiro Federal Gedeon pediu aparte e manifestou que o grande fator para aprovação foi a presença do Presidente Epitácio, que ele foi o único presidente de seccional presente, e também a defesa veemente pelo Dr Marcelo Wallace, que essa experiência se repita em outros projetos futuros a serem aprovados no FIDA. O Conselheiro Marcio Moreira indagou a previsão para inauguração do clube, e o Presidente da CAATO disse que cerca de sessenta a noventa dias, ainda antes do Natal, que a intenção é inaugurar tudo junto. O Conselheiro Pedro disse que a construção com recursos e tocar por conta própria economiza cerca de trinta a quarenta por cento, mas é difícil, sugeriu ao Presidente da CAATO trazer fotos para a próxima sessão, e este disse que irá mandar por e.mail para todos os Conselheiros. O Presidente Epitácio falou sobre criar condições para que as comissões trabalhem, convocou o Presidente da Comissão de Direito Eleitoral sobre evento em Brasília, no TSE, o qual disse que foi firmado termo entre OAB e TSE visando implantação do PJe na Justiça Eleitoral, só o Tocantins compareceu, o evento foi simples, que sentiu uma atenção especial ao Tocantins, conhecem nossa realidade, pediu que a virtualização iniciasse pelo

Tocantins, que foi de grande importância para a advocacia tocantinense a participação de um advogado tocantinense nesse evento. O Presidente Eptácio disse que o Dr. André representou a ESA na Paraíba, e justificou à Comissão sobre as passagens aéreas. Em seguida o Presidente Eptácio deu início a fase de manifestações, o Dr. Alexandre, Presidente da Comissão de Prerrogativas disse vai participar do primeiro encontro nacional das comissões prerrogativas, para levar nossa realidade e trazer as experiências das outras localidades, é dever dos presidentes das comissões buscar esse conhecimento. O Vice-Presidente Rubens disse que no dia quatorze de outubro será o lançamento da caravana de prerrogativas, conclamou a presença de todos, que os eventos de natureza social repercutem mais, informou sobre reunião do Presidente Eptácio com alguns presidentes de comissões e solicitou mais divulgação dos trabalhos, que todos devem apoiar a caravana de prerrogativas, que a OAB não conta com recursos públicos, só com o pagamento das anuidades, que a inadimplência atual é de cerca de quarenta por cento, que a adesão dos inadimplentes ao parcelamento tem sido mínima, conclamou todos os inadimplentes para aproveitar até o dia trinta de setembro, pediu para todos avisarem aqueles que conhecem e estão inadimplentes. O Conselheiro Ronan parabenizou o Presidente da CAATO, mas que Araguaína também tem muitos advogados, talvez mais de quinhentos na região, que Araguaína não chegasse em último lugar, quer atenção especial dessa gestão, que vão se mobilizar para ficar com parte da verba da venda do terreno, que no dia da votação da destinação dos recursos a bancada de Araguaína vai se mobilizar, que o tratamento entre capital e interior não pode ser tão distanciado, e no momento oportuno retomará essa discussão, pois estão ávidos por lazer e prestação de serviços em todos os sentidos. O Presidente da CAATO discordou sobre Araguaína ficar por último, em alguns casos foi a primeira, que no dia quatro vai se reunir com o Presidente da CAATO de São Paulo para discutir sobre tratamento de saúde, disponibilizando para todos advogados do Brasil nos melhores hospitais. O Presidente Eptácio disse que Araguaína está muito bem representada por ele, que tanto o pedido de Gurupi quanto o de Araguaína chegarão juntos ao Conselho Federal, que o Conselheiro Federal André já está trabalhando nisso, que submete a votação a autorização para o pleito de Araguaína, Marcelo Wallace informou que o projeto de Araguaína já existe, bem enxuto, etc., na votação foi aprovado por unanimidade o pleito da 2ª etapa do clube de Araguaína. O Conselheiro Marcio Moreira falou sobre reunião que participou em Brasília sobre o EPROC, que já existe documento do CNJ autorizando os tribunais estaduais a ficarem com seus sistemas, que não precisa juntar comprovante de pagamento, basta vincular ao DARE, que em cerca de um mês será disponibilizado a árvore do processo. O Conselheiro Antônio Ianowich comentou sobre processos com segredo de justiça, que continua precisando de chave, sugere acabar com isso, pois no balcão teria acesso, falou ainda sobre tratamento dispensado aos advogados na liberação do alvará, criam dificuldades, pedem prazo de setenta e duas horas, etc. O Presidente Eptácio informou que o advogado deve conhecer suas prerrogativas e se impor nessas questões, sugeriu a Comissão de Prerrogativas encaminhar expediente a CEF pedindo a regularização dos depósitos oriundos do BB. O Presidente da Comissão de Prerrogativas Alexandre informou que isso é coisa de gerente novo, que vai acatar a sugestão do Conselheiro Ianowich. O Conselheiro Federal

Gedeon corrobora o que disse o Conselheiro Ianowich, se solidariza ao pleito de infra-estrutura e clube para Araguaína, que o Conselheiro Federal André tem feito trabalho valoroso no CF sobre esses projetos, que o Presidente Marcus Vinicius fez questão de estar presente no desagravo. Que esse desagravo será um marco na defesa das prerrogativas dos advogados na Justiça do Trabalho em Palmas, agradece a postura do Dr. Marcio nesse episódio, diz que tem sido cobrado pela ouvidoria sobre a implementação da ouvidoria em nossa Seccional, pediu para priorizar essa implantação. O Presidente Eptácio informou que a entrega das carteiras será as 18:30 horas, e convidou para a missa de um ano do falecimento do ex-conselheiro José da Cunha Nogueira. Em seguida o Presidente Eptácio Brandão declarou encerrada a sessão. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

Dr. Eptácio Brandão Lopes – Presidente/ **Dr. Paulo Saint Martin de Oliveira**
- Secretário-Geral